

Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil

Willian Fenandes Araújo

Universidade Feevale

Resumo

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior sobre o processo de construção identitária através do discurso ciberativista, tema da dissertação de mestrado deste pesquisador. No momento, tal estudo visa dar embasamento à pesquisa ao apontar evidências do estado da arte do estudo sobre ciberativismo no Brasil. Para isso, selecionamos trabalhos sobre o tema publicados em três plataformas: Banco de teses da Capes, nos anais do congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação e no Portal de livre acesso à produção em Ciências da Comunicação. Foram selecionados trabalhos compreendidos entre os anos de 2000 e 2010, somando 22 publicações, sendo 14 artigos, sete dissertações e uma tese. A partir daí, através da análise do conteúdo, busca-se classificar os trabalhos, apontando características da pesquisa brasileira sobre o ciberativismo.

Palavras-chave

Ciberativismo, cibercultura, pesquisa acadêmica, internet,

Abstract

This article is part of a larger research on the process of identity construction through the cyberactivist discourse, which is the master's dissertation theme of this researcher. At the moment, such study seeks to give basis to the research by pointing evidences of the state of the art of the study on cyberactivism in Brazil. To this end, we've selected papers about the subject published in three platforms: Capes Bank of thesis, in the Annals of congress of the National Association of the Programs in Communication Graduate and in the Portal of free access to production in Communication Sciences. Studies comprehended between the years of 2000 and 2010 were selected, totalizing 22 publications, being 14 articles, seven dissertations and one thesis. Thenceforth, through content analysis, we seek to classify the studies, indicating characteristics of the Brazilian research about cyberactivism.

Key words

Cyberactivist, cyberculture, academic research, internet.

1. Introdução

Os reflexos do crescimento da internet, como expressão maior do novo paradigma societal, manifestam-se nas mudanças de práticas sociais como as novas formas de mobilização possibilitadas pela rede. O estudo do que se costuma chamar de ativismo em rede, ou ciberativismo, compreende uma demanda científica latente, abordada frequentemente nos estudos em cibercultura. No entanto, diante do crescimento e da maior visibilidade que utilizações radicais da rede têm ganhado nos últimos anos, podemos afirmar que se trata de um objeto que se consolida nos estudos de Cibercultura.

A pesquisa sobre ciberativismo está circunscrita dentro do ambiente científico da cibercultura. Este ambiente, que faz parte do campo da comunicação, cresce ampliando sua legitimidade no Brasil:

O fortalecimento da legitimidade da Cibercultura como um domínio de estudos científicos dentro do campo da Comunicação tem se intensificado através de diversos fatores, que se perfazem na produção bibliográfica docente e discente dos programas de pós-graduação, na criação de grupos e linhas de pesquisa nesses programas, que se focam no estudo do tema, e de grupos de estudo pertencentes a entidades como a Compós e a Intercom. Com a criação da ABCiber, a Cibercultura avança mais uma etapa na busca de sua consolidação no âmbito científico e passa ter uma representação nacional dedicada exclusivamente a um trabalho de legitimação da pesquisa nacional. (AMARAL, FELINTO, AQUINO & MONTARDO, 2009, p. 2)

Assim como as novas práticas que surgem das possibilidades abertas pela comunicação em rede, o próprio debate sobre o conceito de ciberativismo ganha destaque diante de um contexto de empoderamento individual, em contraposição a um aumento da vigilância e do biopoder na rede. Neste panorama, o ciberativismo é a biopolítica da rede, ou seja, a forma pela qual manifestações autônomas conseguem exceder os controles e bloqueios dessa estrutura (ANTOUN E MALINI, 2009).

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior sobre o processo de construção identitária através do discurso ciberativista, tema da dissertação de mestrado deste pesquisador. Agora, o artigo visa dar embasamento ao apontar evidências do estado da arte do ciberativismo no Brasil. Tal pesquisa é de suma importância nesta

pesquisa para que o tratamento deste objeto de estudo possa evoluir no campo científico tanto quanto a temática tem se tornado presente na sociedade contemporânea.

Para isso, o objetivo deste artigo é estudar a produção científica brasileira sobre ciberativismo durante os anos de 2000 a 2010. Como *corpus* de pesquisa, foram selecionadas as produções sobre o tema disponíveis em três plataformas: Banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; nos anais do congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação; e no Portal de livre acesso à produção em Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. A escolha dessas três bases de dados demonstra claramente a predileção pelo campo da comunicação, área de origem deste pesquisador. Além de apresentarem um volume considerável de produções, as três fontes deste estudo têm grande legitimidade na comunidade acadêmica. Outro motivo desta escolha é que as três bases de dados apresentam número significativo de trabalhos sobre o ciberativismo durante o período de dez anos determinado para este artigo.

Então, a partir de uma busca criteriosa nas três bases de dados e da leitura dos materiais encontrados, foram selecionadas 22 publicações, sendo 14 artigos, sete dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Utiliza-se como metodologia a análise de conteúdo, buscando-se identificar as características da pesquisa brasileira sobre o ciberativismo. Mas, antes de apresentar estes dados, realizamos uma reflexão sobre o conceito de ciberativismo, passando por diversos autores e estabelecendo um debate sobre as ações ativistas na era do protocolo. Ao final do artigo são apresentadas algumas considerações sobre a pesquisa.

2. Conceito de Ciberativismo

De maneira geral, o conceito de ciberativismo é tratado como a forma de utilização radical das ferramentas da rede, onde indivíduos e grupos têm suas ações políticas potencializados pelos ambientes midiáticos e descentralizados da internet. Essa concepção é predominante nos trabalhos analisados neste artigo. Trata-se de uma ideia consonante e pouco problematizada.

Podemos considerar que a pesquisa sobre ciberativismo consolida-se na primeira década do século XXI, como objeto de pesquisa integrante do estudo da cibercultura. Em artigo recente, Amaral e Montardo (2010) apresentaram um estudo exploratório comparativo da produção científica em cibercultura no Brasil e nos Estados Unidos.

Como objetos de análise foram usados os artigos produzidos entre 2000 e 2010 no Grupo de Trabalho TIC e Sociedade/Comunicação e Cibercultura, da Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e os anais da AOIR publicados no anuário da *Internet Research Annual* e na revista *Information, Communication and Society*. Um das categorias estudadas foi justamente ciberativismo. A pesquisa registrou que no *corpus* de análise brasileiro foi encontrado um número pequeno e decrescente de artigos sobre o ciberativismo. No entanto, no *corpus* de análise de caráter internacional, houve um crescimento gigantesco de publicações sobre o tema, tornando-se a categoria mais abordada pelos artigos entre os anos de 2007 a 2009. Segundo as autoras, tal crescimento seja “talvez em função das discussões acerca das políticas das tecnologias de comunicação e seu potencial de democratização ou não” (AMARAL E MONTARDO, 2010, p. 11). Este dado demonstra o crescente interesse nos estudos sobre a potencialização das ações em função da internet, principalmente em nível internacional.

Um dos primeiros autores a abordar o ativismo em rede como nova forma de atuação política e social foi Manuel Castells, autor da trilogia sobre a “Sociedade em Rede”. Para o autor (2001), a utilização que grupos poderiam fazer da internet comprometeriam o monopólio do uso da violência. Neste panorama pós-moderno de enfraquecimento das identidades nacionais, a suplantação das fronteiras geográficas, a aceleração do tempo histórico e a conexão em escala mundial, estariam desintegrando os mecanismos de controle social, criando no ciberespaço um ambiente favorável ao ciberativismo.

Como metodologia para análise destes movimentos ativistas, Castells utiliza-se das categorias clássicas do francês Alain Touraine que define os movimentos de acordo com três princípios: identidade, adversário e meta societal. Essa maneira de abordar os movimentos sociais que utilizam a rede para realizar suas práticas dá ênfase à criação identitária do movimento. Assim, Castells (2001) estuda alguns dos movimentos sociais pioneiros no ativismo em rede, como o movimento zapatista no México.

Assim como Manuel Castells, David de Ugarte (2008) aponta um conceito de ciberativismo baseado totalmente no poder distribuído proporcionado pela internet. Ou seja, Ugarte parte da premissa que a internet é, em sua totalidade, uma rede distribuída, assertiva qual, como veremos posteriormente, não é verdadeira. Para o autor (2008), o ciberativismo é o mesmo que uma estratégia elaborada por grupos que utilizam a

internet para mudar a agenda pública, pautando o cotidiano com temas de interesse do movimento, alçando tais ideias aos meios de comunicação tradicional. Neste contexto de rede distribuída, ambiente rizomático, onde cada nó tem autonomia apenas sobre si, Ugarte elenca o discurso, as ferramentas e a visibilidade como as três práticas que compõe o ciberativismo, tornando-o uma estratégia que depende da mobilização coletiva:

O ciberativismo é uma estratégia para formar coalizões temporais de pessoas que utilizando ferramentas dessa rede, geram a massa crítica suficiente de informação e debate, para que este debate transcenda à blogosfera e saia à rua, ou modifique, de forma perceptível o comportamento de um número amplo de pessoas (UGARTE, 2008, p. 111).

Considerando suas definições sobre o ciberativismo, Ugarte (2008) determina dois tipos de atuação, ou seja, duas formas de utilização desta estratégia. A primeira tem a lógica de campanha, com um centro, com ações organizadas para difusão de uma ideia. O segundo tipo é a mobilização em busca da criação de um grande debate social distribuído e, segundo Ugarte (2008), sem previsão das conseqüências. Estes dois tipos de ciberativismo, observando suas repercussões, não parecem ser dissociáveis. Quando as práticas ciberativistas são postas em circulação, as apropriações podem ocorrer das mais variadas maneiras possíveis.

Como dissemos anteriormente, Ugarte (2008) baseia seu conceito de ciberativismo na definição de rede distribuída, buscada pelo autor na obra de Alexander Bard e Jan Söderqvist. Neste diagrama, o autor considera que ações ciberativistas surgem quando “alguém propõe e soma-se a ele quem quer. A dimensão da ação dependerá das simpatias e do grau de acordo que suscite a proposta” (UGARTE, 2008, p. 35). Este modelo é chamado pelo autor de pluriarquia.

Entretanto, sabe-se que a internet, como um todo, não é uma rede distribuída, mas sim um arranjo de diversas redes. Como afirma Alexander Galloway, para se chegar ao plano distribuído da rede é necessário passar por estruturas hierárquicas, como modelo de uma árvore invertida (GALLOWAY, 2004). Então, a internet é a mídia mais controlada conhecida até agora. Isso se deve, segundo o autor (2004), ao Protocolo, princípio de organização nativo para computadores em redes distribuídas que facilita relações *peer-to-peer* entre entidades autônomas. Os protocolos que governam a internet são um conjunto de recomendações e regras que seguem os padrões técnicos

específicos e que governam um conjunto de padrões de comportamentos possíveis em um sistema heterogêneo (GALLOWAY, 2004).

Para Galloway (2004), o que faz do protocolo o mais eficiente sistema de controle e, ao mesmo tempo, uma tecnologia emancipatória, possibilitando a mobilização pelas redes distribuídas, é que sua estrutura é baseada em uma contradição entre duas máquinas opostas: uma distribui o controle em locais autônomos (TCP/IP) e a outra foca o controle em hierarquias rigidamente definidas (DNS).

Assim, todo o tráfego de informação Web deve ser submetido à estrutura hierárquica para ter acesso à estrutura anárquica e radicalmente horizontal da internet. Então, por vias técnicas e sociais, Alexander Galloway (2004) busca contrapor o discurso libertário recorrente de que a internet, em sua totalidade, é rizomática, sem organização central e circunscrita fora do controle. Na realidade, a internet, como uma rede de redes interconectadas, tem uma estrutura vertical (DNS) e horizontal (TCP/IP) (GALLOWAY, 2004. p. 53). Assim, a rede distribuída é tratada pelo autor como o expoente maior da sociedade de controle, dentro de uma perspectiva 'foucaultiana'.

Sergio Amadeu da Silveira (2011) encara justamente esta ambiguidade do protocolo como arma do ciberativismo. Nesse contexto de hipertrofia de controle e de poder individual, o ciberativismo se legitima como estratégia de contrapoder em rede. Para isso, utiliza-se de maneira radical de possibilidades como as redes distribuídas, o anonimato, e mesmo a visibilidade que a esfera pública interconectada (BENKLER, 2006) pode proporcionar, para buscar algum tipo de mudança.

Para Henrique Antoun e Fábio Malini (2009) a perspectiva do ativismo é tratada como a biopolítica da rede, em contraposição ao biopoder, apontando a reinvenção do conceito de Michel Foucault por Antonio Negri e o seu aprimoramento por autores posteriores (Cocco, Hardt, Antoun, Lazaratto, Pelbart, Bifo, Marazzi, Moulier-Boutang, Bentes, Szanieck). Assim, a biopolítica configura-se na capacidade da vida governar-se.

essa biopolítica da rede se ativa como uma liberdade positiva, no sentido que essa atividade dos usuários, de construir de forma singular, e nem por isso disputado, conflitivo e contraditório, um campo mais extenso dos significados dos acontecimentos sociais, em que entrelaçam narrativas que esmiúçam fatos, ideias dados, imagens, que ampliam a capacidade da rede de revelar sentidos que até então se reprimia na lógica *gatekeeper* dos mídias online tradicionais. (ANTOUN E MALINI, 2009, p.6).

Nesta perspectiva, a biopolítica da rede constitui-se como a forma pela qual manifestações autônomas conseguem exceder os controles e bloqueios da rede

(ANTOUN E MALINI, 2009). Em outras palavras, a biopolítica consiste em fazer uma utilização ativista da rede, colocando as contradições do protocolo a seu favor.

André Lemos (2004), ao considerar o ciberativismo como as práticas sociais de colaboração para o uso político da rede, pensa em três grandes tipos de ciberativismo:

1. conscientização e informação, como as campanhas promovidas pela Anistia Internacional, Greenpeace ou a Rede Telemática de Direitos Humanos;
2. organização e mobilização, a partir da Internet, para uma determinada ação (convite para ações concretas nas cidades) e;
3. iniciativas mais conhecidas por “hacktivismo”, ações na rede, envolvendo diversos tipos de atos eletrônicos como o envio em massa de emails, criação de listas de apoio e abaixo-assinados, até desfiguramentos (defacing) e bloqueios do tipo DoS (Denial of Service) (LEMONS, 2004).

Assim como os tipos de ciberativismo de Ugarte (2008), as tipologias de Lemos (2004) representam categorias de difícil dissociação e que talvez já não abarquem a complexidade atual da rede. Como no caso da Wikileaks, organização que elaborou uma ferramenta de submissão de documentos de forma anônima, possibilitando o vazamento de informações consideradas confidenciais por governos e grandes corporações. Tal utilização ativista da rede não estaria contemplada, tanto nas tipologias de Lemos (2004), quanto nas de Ugarte (2008).

Ao retomar tais conceitos, podemos notar uma consonância entre a ideia de ciberativismo concebidas pelos autores supracitados. No entanto, é importante notar as abordagens diferentes quanto à relação entre ciberativismo e controle, deixando claro posicionamento de cada autor.

3. Produção brasileira sobre ciberativismo

A realização deste trabalho é de fundamental importância para o andamento da pesquisa maior que dará origem a uma dissertação de mestrado sobre a construção identitária através do discurso ciberativista, especificamente na organização sem fins lucrativos Wikileaks. Por isso, este levantamento das produções brasileiras sobre o ciberativismo pretende dar um panorama geral da área de estudo, além de apontar peculiaridades que possam servir de baliza para pesquisas posteriores.

Então, para realização do levantamento, primeiramente, escolheu-se os objetos dos quais seria extraído o *corpus* de pesquisa do trabalho. Ao realizar a escolha, teve-se como objetivo privilegiar as bases de dados disponíveis na internet e que tivessem a

maior abrangência tanto em relação à quantidade trabalhos armazenada, como na temporalidade de tais publicações. A escolha de objetos com legitimidade acadêmica também foi levado em consideração. Desta maneira, além de garantir uma quantidade suficiente de trabalhos a serem analisados, também se alcança uma temporalidade coerente, garantindo uma homogeneidade na amostra.

A primeira plataforma a ser escolhida foi o Banco de Teses do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A iniciativa tem como objetivo justamente facilitar o acesso a teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil. Sem dúvida, o Banco de Teses da Capes é o mais completo banco de dados online da produção científica brasileira, armazenando trabalhos produzidos desde 1987. Além do grande número de trabalhos disponíveis na plataforma, há um sistema que permite a busca por autor, título e palavras-chave, o que facilita e qualifica a escolha do *corpus* de pesquisa diante do vultoso número de produções. Os trabalhos cadastrados dispõem de informações básicas como curso e área de origem do pesquisador, além do resumo do trabalho.

Esta escolha também faz com que trabalhos de maior escopo, como dissertações e teses, sejam abordados neste levantamento. Outro fator importante é que este grande acervo de trabalhos permite uma visão das áreas de conhecimento que estão estudando o ciberativismo. Apesar de o presente trabalho dar prioridade ao campo da comunicação, a escolha do Banco de Teses da Capes também é interessante por fornecer dados sobre outras áreas do conhecimento que abordam o ciberativismo. De outra maneira, também se poderá confirmar a hipótese que o estudo sobre o ciberativismo se dá, predominantemente, no campo dos estudos em comunicação.

Voltado a publicações do campo de origem deste estudo, o Portal de livre acesso à produção em Ciências da Comunicação (Portcom) da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) reúne inúmeras publicações apresentadas nos eventos organizados pela Intercom. Trata-se de um sistema online que permite o acesso aos textos, *papers*, capítulos de livros e demais produções bibliográficas. Entre os principais eventos organizados pela Intercom estão o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, congressos regionais, seminários, *workshops* e palestras. No banco de dados do Portcom também estão disponíveis livros, materiais audiovisuais, teses, dissertações, e-books e documentos da Intercom.

Realizadora de alguns mais importantes congressos de comunicação do Brasil, a Intercom tem como objetivo estimular a produção científica e sua aproximação com o mercado. Com legitimidade científica e um grande volume trabalhos armazenados, o Portcom constitui-se como um excelente ambiente para busca do *corpus* de pesquisa do presente artigo. Por congrega produções de diversos tipos de eventos em todo o território nacional, o Portcom apresenta uma variedade grande de documentos, abrangendo tanto a produção de um acadêmico em iniciação científica, como um artigo de um doutor em sua área de atuação. Assim como Banco de Teses da Capes, o Portcom conta com um sistema de busca completo, onde se encontra o resumo, autoria e palavra-chave da publicação. Entretanto, o Portcom também disponibiliza uma versão completa para *download* do trabalho.

Por último, escolhemos os anais do congresso anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS). Fundado em 1991 como uma sociedade civil sem fins lucrativos, a COMPÓS congrega os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em nível de Mestrado e Doutorado de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil. Assim como a Intercom, o objetivo é fortalecer a pesquisa em comunicação no Brasil.

Realizando um encontro anual desde 1992, a Compós aborda assuntos relacionados às tecnologias da informação desde 1995. Recentemente, em 2006, foi criado o grupo de trabalho “Comunicação e Cibercultura” (AMARAL, MONTARDO, 2010). Em seu site, a COMPÓS disponibiliza os anais das últimas 12 edições do congresso, sendo possível fazer *download* dos artigos publicados nos grupos de trabalho. Assim como nas duas outras plataformas selecionadas, há um sistema de busca.

A escolha destas três bases de dados como fontes do *corpus* de pesquisa contribuem com uma amostra diversificada e consistente. Após esta escolha, realizamos buscas nos três bancos de dados pelas palavras-chave: ciberativismo e ativismo em rede. Tal procedimento é necessário diante da diversidade de termos pelos quais o assunto é categorizado. Dessa forma, se garante que uma gama maior de trabalhos seja contemplada neste estudo. Também foi determinado que seriam analisados os trabalhos realizados no período entre 2000 e 2010.

3.1 Resultados da pesquisa

Seguindo os critérios citados anteriormente, foram selecionados 22 trabalhos produzidos entre os anos de 2000 e 2010, sendo oito do Banco de Teses da Capes, nove do Portcom e cinco dos anais da COMPÓS. Estes trabalhos representam diferentes tipos de pesquisa, estando representados na amostra uma tese de doutorado, sete dissertações de mestrado e 14 artigos científicos de pesquisadores de todos os níveis. Para analisar tal *corpus* de pesquisa, utilizamos a análise de conteúdo, buscando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos, conteúdos que permitam a sua inferência. (BARDIN, 2004, p. 41).

Como era previsível, houve a predominância de trabalhos com área de origem no campo da comunicação (20), mas também foram encontrados trabalhos relacionados à Sociologia (1) e Artes (1). Quanto ao período de produção dos trabalhos, 45,5% foram elaborados entre 2004 e 2007, 36,3% entre 2008 e 2010 e 18,2% entre 2000 e 2003. As porcentagens mostram que realmente o início e a consolidação da pesquisa em ciberativismo se deram no período estudado, mas também nota-se uma tendência de desaceleração nos últimos anos, fato já contatado na pesquisa supracitada de Amaral e Montardo (2010).

Em relação aos estados de origem das pesquisas, Minas Gerais (7), São Paulo (5), Rio de Janeiro (4) e Bahia (2) tiveram o maior número de trabalhos. Podemos destacar como polos de estudo sobre o ciberativismo as seguintes universidades: Universidade Federal de Juíz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sobre o objeto de pesquisa dos trabalhos analisados, elaboramos cinco categorias de acordo com as abordagens realizadas nos estudos. Representadas na tabela abaixo, demonstram os padrões na escolha do objeto na pesquisa sobre o ciberativismo. Entretanto, é importante compreender que se trata de um recurso metodológico para melhor compreender os dados desta pesquisa, não configurando definições estanques. Compreende-se que, apesar dos trabalhos integrarem as categorias que mais se identificam segundo nossa pesquisa, poderiam também figurar em mais de uma categoria.

Categorias	Descrição
1- Discurso	Estudo sobre o discurso ciberativista.
2- Mobilização específica	Análise de mobilizações ciberativistas específicas, como protestos e campanhas.
3- Organização ativista	Estudo sobre ciberativismo em movimentos pré-internet. Ex: Greenpeace, MST, Zapatistas.
4- Comunidade	Estudo da organização comunitária como forma de ciberativismo.
5- Ferramentas	Trabalhos baseados na análise da utilização de determinadas ferramentas por ciberativistas

Tabela 01 – Categorias dos objetos de pesquisa do estudo em ciberativismo no Brasil / Fonte: Elaborado pelo autor

Levando em consideração as categorias da tabela acima, elaboradas através da análise do *corpus* de pesquisa, pode-se afirmar que a maioria dos trabalhos estudados neste artigo abordou iniciativas ciberativistas pelas suas ferramentas. Pelo menos oito trabalhos realizaram esta abordagem, como, por exemplo, o estudo da utilização ciberativista do YouTube. Em seguida, aparecem os trabalhos que estudaram a utilização da rede por organizações pré-internet e as discussões teóricas sobre ciberativismo, cada uma das categorias com quatro trabalhos. O estudo de mobilizações específicas, como protestos e campanhas, representou três trabalhos, enquanto sobre o estudo das organizações comunitárias ativistas foram encontrados dois trabalhos. O estudo do discurso ciberativista representou apenas um trabalho. Os dados apresentados dão origem ao seguinte gráfico:

Quanto ao objeto de pesquisa

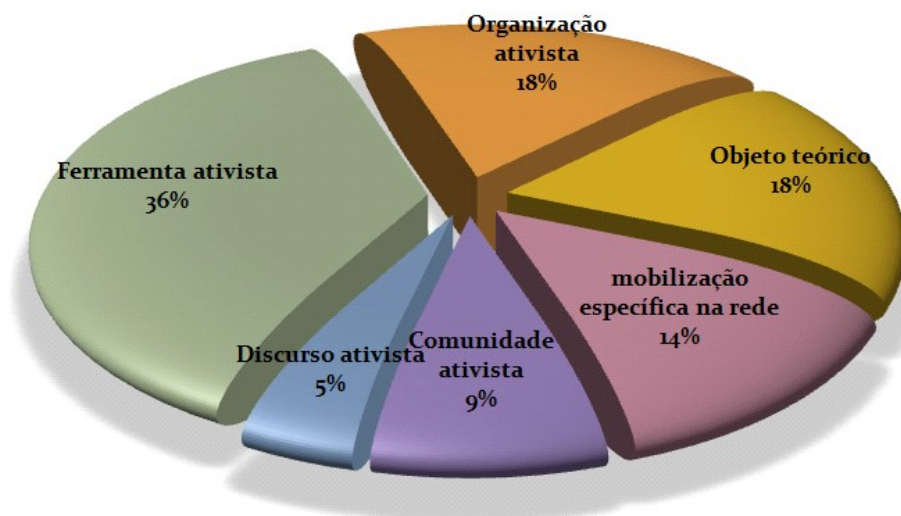


Figura 01 – Representação gráfica dos dados sobre a escolha do objeto de pesquisa

Realizamos também o levantamento da categorização realizada pelos próprios autores ao definir suas palavras-chaves. Assim, os termos mais encontrados nos trabalhos pesquisados foram: ciberativismo (12), internet (4), Cibercultura (4) e comunicação (2). É interessante notar que muitos dos trabalhos analisados utilizaram definições diferentes para termos com o mesmo significado, mostrando de certa forma o que já foi citado anteriormente sobre a polifonia de termos para definição do ciberativismo.

Por último, faz-se um levantamento do referencial teórico dos estudos pesquisados. Ao fazer a análise dos dados, percebe-se uma grande pluralidade de fontes bibliográficas, mas o predomínio de autores que discutem o ciberativismo em suas obras são: Manuel Castells (6), Francisco José Paoliello Pimenta (6), Henrique Antoun (5), André Lemos (4), Pierre Lévy (3) e Dênis Moraes (2). Entre estes autores, merecem destaque Francisco José Paoliello Pimenta e Henrique Antoun, que além de muito utilizados como fontes, também estão entre os autores dos trabalhos estudados.

4. Considerações Finais

Diante do panorama exposto pelos dados encontrados na pesquisa, são possíveis algumas inferências sobre a pesquisa em ciberativismo no Brasil. Apesar de representar um número relevante de trabalhos, acreditamos que a

produção sobre o tema está abaixo do nível constatado no panorama internacional. Boa parte dos trabalhos estudados parte de pesquisadores já consagrados na temática, demonstrando uma pouca renovação e surgimento de novos pesquisadores no assunto. Também nota-se, na maioria dos trabalhos estudados, pouco debate sobre o conceito de ciberativismo, consagrando um conceito comum, não problematizado. Aspectos como construção discursiva como arma de mobilização são levados em consideração em poucos dos trabalhos integrantes do *corpus* de pesquisa deste estudo. A problemática do ciberativismo *versus* o controle na rede também é pouco debatida nos trabalhos estudados.

Em contrapartida, a cada dia surgem novas apropriações das ferramentas da rede para fins ativistas. Estão cada vez mais presentes no agendamento jornalístico as ações e mobilizações possíveis pela rede, como princípio do vazamento, consagrado pela Wikileaks, ou as revoltas no Oriente Médio, com um forte suporte na rede. A própria atividade hacker como forma de protesto, o chamado hackativismo, ganha força com grupos ao redor do mundo que utilizam seus conhecimentos para protestar na rede. Enfim, são diversos exemplos de surgimento e potencialização de práticas sociais que comprovam o quanto atual e importante se faz o estudo sobre o ciberativismo. Dessa maneira, conclui-se que diante do panorama nacional e internacional de insurreições tendo como ferramenta essencial a internet, a pesquisa brasileira sobre o ciberativismo tem potencial para avançar e contribuir para a compreensão destes fenômenos.

5. Bibliografia

AMARAL, A., FELINTO, E., AQUINO, M., MONTARDO, S. **Assunto-Re: Cibercultura a 8 mãos: morte, permanência, renascimento e métodos.** Para uma epistemologia da cultura das redes. Proposta de Mesa Temática apresentada no Eixo Temático “Entretenimento, práticas socioculturais e subjetividade”, do III Simpósio Nacional da ABCiber, ESPM, São Paulo, Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.slideshare.net/adriamaral/epistemologia-em-cibercultura-abciber-2009> Acesso em 05/07/2010.

AMARAL, A., MONTARDO, S. **Pesquisa em Cibercultura e Internet: Estudo exploratório comparativo da produção científica da área no Brasil e nos**

Estados Unidos, In: IV Colóquio Brasil-EUA de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2010.

ANTOUN, H.; MALINI, F., **Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos**, In: XIX Encontro da Compôs, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2010

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004. 223 p.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. New Haven: Yale University, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. 617 p.
_____. **O Poder da identidade**. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001. 530 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2007. 295 p.

GALLOWAY, A. Protocol. **How control exists after decentralization**. Boston: MIT, 2004.

LE MOS, André. **Ciberativismo**. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf> Acesso em: 17/06/2011.

_____. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2001. 260 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato: confrontos na sociedade do controle** In: XVIII COMPÓS, 2009, Belo Horizonte.

_____. **O fenômeno Wikileaks e as redes de poder**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho: Internet e Política, do IV Encontro da Compólitica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de 2011.

UGARTE, David de. **O poder das redes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.